apoiaments ortinado 7 3 (Plemonia)

PROJETO DE LEI N.º 5.941, DE 2009 (Do Poder Executivo)

Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. ~ PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, e dá outras providências.

EMENDA Nº

, DE 2009

(do Senhor Arnaldo Jardim)

Dê-se ao *caput do* artigo 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.941, de 2009, da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao referido Projeto de Lei, a seguinte redação:

"Art, 3° Os volumes de barris equivalentes de petróleo de que trata o § 2º do art. 1º, bem como os seus respectivos valores econômicos, determinados а partir de laudos técnicos elaborados entidades certificadoras, observadas melhores práticas da indústria as acionistas, petróleo, homologado Assembléia-Geral е em observadas as melhores práticas de governança corporativa."

(eurende de lleuris) no

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda ao Projeto de Lei em referência visa tão somente permitir que o acionista da PETROBRAS possa deliberar sobre o laudo de avaliação da cessão de direitos, na forma do §1º do artigo 115 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A" ou "LSA"), tendo em vista que a cessão de direitos, e não os títulos públicos, é, de fato, o bem com o qual a União está aumentando o capital social da PETROBRAS.

O tema é de extrema importância para o desenvolvimento econômico brasileiro, face à relevância que o mercado de capitais possui como forma de fomento às empresas nacionais que por via oblígua propicia um melhor bem-estar ao cidadão comum brasileiro, sendo indubitável que o respeito ao investidor é peça mestra para o fortalecimento do mercado de ações.

Esta proposta visa ainda estar em linha com as melhores práticas de governança corporativa, em especial com a transparência e a equidade que são fatores necessários a um mercado de capitais robusto.

Estas as razões da presente emenda.

Sala das Sessões, em de novembro de 2009.

Deputado Arnaldo Jardim PPS/SP

0-1100